

## Empossada a nova Diretoria da Adusp

**T**omou posse, no dia 13/6, a nova Diretoria da Adusp, que tem como presidente o professor Américo Kerr (IF) e como vice-presidentes os professores Francisco Miraglia (IME) e César Augusto Minto (FE). A nova Diretoria tem forte representação regional, reforçada com a participação do campus de São Carlos.

Os demais componentes da Diretoria empossada: professora Lucília Daruiz Borsari (1ª secretária), professora Raquel Aparecida Casarotto (2ª secretária), professor Sérgio Tadeu Meirelles (1º tesoureiro), professor Roberto Ramos Junior (2º tesoureiro) e como diretores regionais os professores Flávio Tavares (Piracicaba), João Negrão (Pirassununga), Elenice Mouro Váranda (Ribeirão Preto) e Ozírio Manzolli Neto (São Carlos).

O professor Américo Kerr destacou, no discurso de posse, a perplexidade que se dissemina entre docentes e demais servidores públicos frente ao rumo que vem tomando o governo Lula. “A tática de acalmar o mercado financeiro com o aumento do superávit primário de 3,75% para 4,25%, a elevada taxa de juros e a reforma na Previdência, que deslocará um volume enorme de recursos para o sistema financeiro (estimados em R\$ 670 bilhões até 2010), comprometem a execução de um

projeto de desenvolvimento autônomo e auto-sustentado, voltado à realização de justiça social em nosso país”, disse o novo presidente da Adusp.

O professor Kerr reafirmou a posição da entidade de autonomia e independência em relação a partidos e governos: “Temos nesse momento como tarefa principal bloquear este projeto de Previdência que desvaloriza ainda mais os serviços públicos e os servidores, retirando-lhes direitos históricos como a aposentadoria integral e a paridade entre vencimentos de ativos e aposentados”, declarou.

Ele lembrou o papel fundamental da Adusp, do Andes-SN e de outras entidades no processo constituinte de 1988, na formulação da LDB (depois desfigurada pela proposta de Darcy Ribeiro) e do Plano Nacional da Educação da sociedade, bem como, no plano regional, na definição “de repasses financeiros do Tesouro para a manutenção das universidades públicas paulistas, pelo financiamento da pesquisa, pela defesa de nossas condições de vida e trabalho, particularmente no que diz respeito aos salários”.

Defendeu, ainda, o projeto de universidade pública e gratuita: “Neste último período intensificou-se nossa ação contra a privatização e mercantilização da universidade, patrocinada especial-



Os novos diretores na cerimônia de 13/6

mente pela disseminação das fundações privadas”. Ao final de sua fala, o professor Kerr fez questão de homenagear a memória do professor Jair Borin, o qual foi longamente aplaudido por todos.

### Transmissão de cargo

Ao fazer o discurso de transmissão de cargo, o professor Ciro Teixeira, que presidiu a gestão 2001-2003, destacou os princípios e causas históricas da corrente política Participação, que encontra-se à frente da entidade desde 1987. “Reafirmamos nosso compromisso de lutar contra as táticas que os setores conservadores têm utilizado para fazer valer uma concepção de universidade voltada para a elite, excludente e reduzida ao papel coadjuvante de reprodutora de conhecimentos desenvolvidos em outros centros”, enfatizou.

“Nesse contexto, decla-

ramos, ao assumir a gestão que ora se encerra, que a exaltação do individualismo visando, supostamente, elevar a qualidade acadêmica, que se procura implantar sob o patrulhamento da Cert, e o incentivo à privatização como meio de resolver problemas de financiamento e salários, viabilizada, por exemplo, através da atuação das fundações privadas, um e outro têm promovido o desvirtuamento do caráter público e gratuito da universidade”, lembrando que tais distorções resultaram na flexibilização do RDIDP. “Naquela ocasião, assumimos o compromisso de enfrentar esses descaminhos. Temos convicção de que travamos de modo determinado essa luta”, disse o professor Ciro. Ele sublinhou a importância do trabalho conjunto com o Fórum das Seis e todos os demais setores sociais comprometidos com a democracia.

## Assembléia da Adusp no dia 24/6: compareça!

A reunião do CR, marcada para 17/6, às 12h, e a reunião da Assembléia da Adusp, que ocorrerá em 24/6, às 17h, no Auditório Sul do Instituto de Física, apresentam a seguinte pauta: 1) Previdência; 2) Pontos ainda não discutidos da pauta de reivindicações da data-base; 3) Delegação da Adusp ao Conad de Vitória, que ocorrerá entre 27 e 29/6 e terá como tema a Previdência

# Fedep-SP e a educação pública e gratuita

São muitas as entidades/fóruns que se articulam, desde 1990, no Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública-São Paulo (Fedep-SP): Adufscar, Adunesp, Adunicamp, Adusp, Afuse, AGB, Ande, Andes-SN, ANPEd, Anpuh, Apase, Apeoesp, ASPs, CBCE, Cedes, Cedi, CRP, CUT, SBPC, Sinasefe, Sinpeem, Sinpro-SP, Sinteps, Sintusp, Fórum Regional da Baixada Santista, Fórum Regional de Bauru.

O Fedep-SP, que tem como base uma Carta de Princípios, constitui-se num espaço privilegiado de avaliação e proposição de políticas públicas para a educação, visando a ampliação da cidadania e a transformação do modelo sócio-econômico e político vigente. É um espaço democrático e crítico que considera todos aqueles que, no Estado de São Paulo, queiram a ele somar-se, na busca de novos rumos para a superação da exploração e da manipulação ideológica, possibilitando a elaboração de um projeto político pedagógico comprometido com os reais interesses da sociedade.

O principal objetivo do Fedep-SP é a luta pela promoção e defesa de uma educação pública, gratuita,

democrática, laica e de qualidade para todos, em todos os níveis educacionais e modalidades de ensino. A principal tarefa política que o Fedep-SP se coloca no momento é a construção do Plano Estadual de Educação (PEE) alternativo ao do Governo Alekmin.

## PEE alternativo

O Fedep-SP tomou para si, desde 1999, a tarefa política de elaborar de forma coletiva e democrática o Plano Estadual de Educação (PEE), tendo como referência os conteúdos e a metodologia utilizados na construção do Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira (II Coned, Belo Horizonte, 1997), a Constituição Federal (1988), a Constituição do Estado de São Paulo (1989) e o projeto original de LDB, que foi descaracterizado pelo projeto do Governo FHC-Darcy Ribeiro.

Assim, o Fedep-SP realiza reuniões plenárias regionais em:

- São Paulo e Grande São Paulo (26 ou 27/6/2003)
- Campinas, Marília e Ribeirão Preto (4/7/2003)
- Taubaté/Vale do Paraíba e Santos/Baixada Santista (1/8/2003)

O PEE-SP deve contemplar da Educação Infantil

até a Pós-Graduação, sendo elaborado, em especial, por aqueles que vivem o cotidiano do sistema educacional e das unidades, formulando e implementando as políticas educacionais e as propostas político-pedagógicas das escolas, tendo relação direta com os problemas concretos da educação pública, enfim por todos aqueles que se preocupam com a construção de um Plano de Estado e não apenas com planos de governos ou de partidos.

Cabe destacar que a Secretaria Estadual de Educação lançou em fevereiro deste ano um processo "aberto e democrático" de discussão do PEE, estabelecendo dias, locais e interlocutores para audiências públicas. O Fedep-SP decidiu não participar desse processo, embora as entidades que o compõem possam fazê-lo, caso julguem oportuno, mesmo cientes de que sua eventual participação pode ser utilizada por Alekmin/Chalita para avaliar o seu plano de governo, fragmentado, continuísta, restrito e pouco transparente.

Por outro lado, o PEE-SP deve tratar de políticas de Estado, ampliando as condições para que haja continuidade de políticas educacionais democraticamente

estabelecidas, que não fiquem à mercê da alternância de governos. Para tanto o Fedep-SP está buscando trazer para o debate as mais variadas e representativas entidades da sociedade civil, para que, de forma articulada, venhamos a produzir um PEE-SP verdadeiramente democrático e emancipador. O GT-Educação representa a Adusp nesta tarefa e conchama os colegas a também abraçarem esta causa.

## CARTA

### CRP-SP só exige inscrição de supervisores de estágio

*"Prezados senhores,*

*O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo vem manifestar-se a respeito da matéria publicada em boletim dessa entidade sobre registro em Conselhos de docentes.*

*O Conselho Federal de Psicologia aprovou e editou a Resolução CFP nº 18/00, 20 de dezembro de 2000, que em seu artigo 50 regulamentada que os psicólogos supervisores de estágio devem estar inscritos no Conselho de Psicologia, pois são pessoalmente responsáveis pela atividade profissional que os alunos desenvolvem no estágio.*

*O Decreto nº 53.464, que regulamentou a Lei 4119, que dispôs sobre a profissão do psicólogo, diz que é função do psicólogo ensinar as cadeiras ou disciplinas de Psicologia nos vários níveis de ensino. No entanto, não temos exigido de docentes que ministram apenas aulas e pesquisa que se registrem junto ao CRP.*

*Atenciosamente",*

**Ana Mercês Bahia Bock**  
Presidente do Conselho Regional de Psicologia SP

## Sub-grupos do GT apresentam suas propostas

Em reunião do GT Fundações ocorrida em 7/6, foram apresentadas, pelos coordenadores dos sub-grupos temáticos, as propostas de cada um dos quatro sub-grupos. Também foi realizada, ao final, a apresentação, pela Adusp, do texto "Por um processo de transição", já divulgado no jornal *Adusp no GT Fundações* nº 5.

A professora Telma Zorn falou em nome do sub-grupo "Ambiente Interno", o professor João Fernando Gomes

de Oliveira representou o sub-grupo "Conceito e Relacionamento", o professor Francisco Monteiro apresentou a proposta do sub-grupo "Governança e Gestão" e o sub-grupo "Informação e Conhecimento" foi representado pelo professor Paulo Masiero.

O professor Ciro Correia falou em nome da Adusp. Na visão da entidade, as propostas dos sub-grupos trataram de aspectos específicos — como melhorar a administração da universidade, como organizar o relacionamento

com as fundações, como tornar a USP mais ágil. Mas não abordaram as questões polêmicas, por exemplo o conflito de interesses observado em muitos casos que envolvem fundações privadas na universidade.

Os coordenadores dos sub-grupos e um representante da Adusp reuniram-se em 12/6 com o intuito de organizar a pauta das próximas reuniões do GT. Foi cancelada a reunião do dia 11/6. O GT Fundações volta a se reunir em 18/6.

# “Esse governo não pode começar com uma negociata”

*Professores notáveis da USP, Unicamp e Unesp manifestaram-se contra a reforma da Previdência no ato de 10/6*

O bteve intensa repercussão o ato contra a PEC 40 realizado na USP no dia 10/6, organizado pelo Fórum das Seis com apoio do Fórum Paulista das Entidades em Defesa da Previdência Social (o qual reúne cerca de 20 associações e sindicatos do funcionalismo público). Diversos professores notáveis da USP, Unesp e Unicamp, além de sindicalistas e estudantes, usaram da palavra condenando de modo cabal a reforma da Previdência tal como proposta pelo governo.

Durante o ato foi lido pelo professor **Ciro Correia**, presidente da Adusp, e aprovado por aclamação pelos presentes, o “Manifesto de Alarme Contra a Proposta do Governo de Reforma da Previdência”, que exige que a PEC 40 seja retirada do Congresso Nacional e defende a Previdência social pública, universal e solidária.

Assinaram o Manifesto, entre outros, os professores **Aziz Nacib Ab’Saber** (USP e Unesp), **Cândido Vieitez** (Unesp), **Carolina Bori** (USP), **Fábio Konder Comparato** (USP), **Francisco de Oliveira** (USP), **Marilena Chauí** (USP), **Octávio Ianni** (Unicamp), **Warwick Estevan Kerr** (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA), **Wilson Cano** (Unicamp), **Ricardo Antunes** (Unicamp). A íntegra do Manifesto e as assinaturas originais estão em [www.adusp.org.br/previdencia/manifesto.htm](http://www.adusp.org.br/previdencia/manifesto.htm).

Destacamos, a seguir, trechos de algumas das intervenções dos participantes do ato de 10/6. Na próxima edição do *Informativo Adusp* traremos as demais manifestações.

**Fábio Konder Comparato** Não poderia deixar de estar

presente aqui para manifestar minha opinião. Todos nós que elegemos Lula, e teimamos em manter até o último minuto a esperança de que esse governo seja bem-sucedido, não podemos deixar de lutar contra a colossal contradição que se instalou no governo. De um lado, é bom que se diga, temos uma política externa independente e democrática, como jamais ocorreu em toda a história política do Brasil. De outro lado, todo o peso da estabilização financeira e monetária recai sobre as camadas mais pobres da população. Esta situação, especificamente no caso da Previdência social, é, devo dizê-lo, frontalmente contrária à Constituição. Infelizmente, durante muito tempo negligenciamos o aperfeiçoamento desses instrumentos jurídicos de proteção do povo. Para a maioria de todos nós intelectuais, isso eram tecnicidades que não tinham muito sentido. Hoje nós vemos como o povo está desamparado.

Só vejo dois caminhos, ambos já minados pelo poder das classes dominantes. Em primeiro lugar, haveria necessidade de desenvolvermos um processo de referendo dessa reforma previdenciária. Nós sabemos que o governo tem maioria no Congresso e provavelmente vai conseguir aprovar na Câmara e no Senado tanto a reforma tributária quanto a previdenciária, mas nós deveríamos propor a realização de um referendo popular para ratificação dessas reformas. Precisamos fazer com que um terço da Câmara e um terço do Senado proponham a realização de um referendo para aprovação desses projetos. É preciso



Fotos: Daniel Garcia

**Professor Comparato fala durante o ato de 10/6**

entender que a democracia essencialmente se funda na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos.

O direito à Previdência, à segurança social, é um direito fundamental, declarado como tal na Constituição, portanto nenhum órgão do Estado tem competência para reduzir as garantias que foram estabelecidas na Constituição. Se este referendo não prosperar, temos o caminho da Ação Direta de Inconstitucionalidade. De qualquer maneira, vamos manter sempre a convicção e a esperança de que devemos atuar ligados ao povo e nunca a um partido político ou a uma maioria ocasional.

**Francisco de Oliveira** É inacreditável que tenhamos que voltar a este terreno da USP, como voltar à praça pública, para defender o direito básico de trabalhadores. E eu cobro da CUT, aqui neste momento, o fato de que os trabalhadores públicos estão sendo demonizados como inimigos da Nação. É uma ironia amarga que tenha sido um governo saído do Partido dos Trabalhadores aquele que vai demonizar um dos pilares fundamentais da Re-

pública no Brasil, que são os funcionários públicos.

É um milagre das oligarquias brasileiras que tenham transformado o funcionário público no demônio da desigualdade, quando ele é exatamente o contrário: se algo de igualitarismo e de república existe no Brasil, deve-se em muito aos funcionários públicos, ao esforço de construir uma esfera pública na qual os interesses de classe são submetidos aos interesses comuns, ao bem estar geral.

Para ser breve, é preciso dizer a que vem essa reforma da Previdência: se trata de negócios, companheiros! E deixemos de mistificações ideológicas, trata-se de negócios. A Previdência vale mais do que todas as privatizações realizadas pelo governo Fernando Henrique. É disso que se trata. E trata-se de uma ironia mais amarga que tenha sido um governo do Partido dos Trabalhadores aquele que vai jogar o destino dos trabalhadores públicos nas mãos do capital financeiro, sujeito à volatilidade e à especulação. É nossa obrigação voltar de novo a estes gramados, voltar de novo às ruas, fazer todos

os movimentos, inclusive as sugestões do professor Fábio Comparato, para evitar esse verdadeiro assalto contra a República. É nossa obrigação e aqui eu espero que seja o início de uma caminhada que deve ser vitoriosa.

**Octávio Ianni-** A universidade pública brasileira está vivendo mais uma crise. Está sendo mutilada, material, institucional e intelectualmente. O *ethos* universitário está sendo gravemente prejudicado pela atuação aberta e subreptícia das forças do mercado, de empresas privadas nacionais e transnacionais, de políticas do Banco Mundial com a cumplicidade dos governos brasileiros. Desde a ditadura militar dos anos 1964-85, continuando pelos governos civis, a universidade pública está sendo hostilizada, satanizada e canibalizada.

São várias e fundamentais as instituições da sociedade brasileira que estão sendo mutiladas, devido à subserviência com que os governantes brasileiros, desde a ditadura militar, entregam-se gostosamente às políticas do neoliberalismo. O que acontece com o ensino, a saúde, a Previdência e o trabalho, ocorre também com a soberania nacional. Mas a triste realidade é que também este governo já se entregou gostosamente às diretrizes, às práticas e à ideologia do neoliberalismo.

O que o governo está se-meando é uma tempestade. Todos devemos estar preparados para a tempestade que se anuncia com esses ventos. Essa será, muito provavelmente, a ocasião em que os diferentes setores, classes e grupos sociais subalternos, organizados e atuantes, encarregar-se-ão de “educar duramente o Estado”, criando um novo e transparente metabolismo entre as tendências predominantes na sociedade civil e um outro e novo Estado.

**Wilson Cano-** Ao invés de estarmos hoje vivendo o sonho da reconstrução, estamos vivendo como que um verdadeiro pesadelo. As

finanças públicas constituem um saco de mágico. Durante todos esses anos, os vários governos foram tirando os coelhos possíveis. E sobram dentro desse saco só coelhos muito complicados de serem tocados. O grande chama-se receitas vinculadas, saúde e educação, e o governo não pode meter a mão nesse dinheiro. Tem outro dinheiro sagrado, intocável, que é o dinheiro dos juros dos banqueiros. E o que no passado nós imaginávamos que dificilmente seria tocado, que é o dinheiro do pagamento dos funcionários públicos da ativa e inativos. Na verdade só restou ao governo agora passar o caco de telha nos gastos da Previdência pública federal. É o que sobrou. Não há mais coelhos nessa cartola.

O governo contou com o velho preconceito da classe média, e incutiu esse preconceito muito bem na classe operária, nos comerciantes, nos bancários, tentando mostrar sempre o funcionário público com aquela imagem do estúpido barnabé ou da gostosona, da Maria Candelária. Por isso a condução da reforma da Previdência, ao contrário do que desejaríamos, está avançando a passos largos, e vai ser extremamente difícil para nós fazer algum retoque substancial nesse maldito projeto.

Mas esse reajuste será insuficiente, dado que não é verdade que a questão da reforma tenha como objetivo a resolução de um problema fiscal imediato. Isto é um engodo. O crescimento adicional de renda que ela vai proporcionar ou está automaticamente comprometido com os novos aumentos da aposentadoria, ou gerará um pequeno acréscimo na receita incapaz de dar ao menos um respiro. Vai sobrar o quê? Vai sobrar passar àquelas verbas vinculadas de uma forma camuflada. Qual é a forma camuflada? É a “focalização”, que já vem recebendo documentos oficiais do Ministério da Fazenda. Tentando implantar



**Professor Wilson Cano**

no Brasil o receituário do Banco Mundial. E com isso eu afirmo perante a opinião pública que continuo a realizar gastos sociais.

O que tem essa reforma de verdade e o que tem essa reforma de mentira? Primeiro se infligiu à mídia o número astronômico de que o gasto era de R\$ 75 bilhões. Esse é o primeiro engodo. Esse número tem que ser dividido em três partes: R\$ 17 bilhões eles atribuem ao INSS, R\$ 39 bilhões atribuem ao governo federal, e o restante aos governos estaduais e municipais. São três os problemas, e de naturezas diversas. É portanto uma impropriedade deste governo e esta mídia juntarem esses três animais em uma só jaula. Se metade da dívida de R\$ 160 bilhões fosse cobrada, e se a ela fossem aplicados os juros que damos prazerosamente ao sistema financeiro (26,5%, que é um escândalo), daríamos ao INSS mais R\$ 22 bilhões por ano.

Mais ainda, com o artifício da desvinculação das receitas orçamentárias federais, que faz o governo? Ele separa 20% de tudo o que entra no Tesouro Nacional, seja dinheiro marcado, seja dinheiro não marcado. No final do ano, ele transfere ao INSS, rotulando esse dinheiro como transferência do governo federal, como se estivesse tapando o buraco da Previdência Social. Ora, meu Deus do céu! O orçamento da Previdência social foi superavitário no ano passado em R\$ 33 bilhões, e esses R\$ 33 bilhões deveriam

ser aplicados portanto na Previdência, não para déficit, porque não existe sistema previdenciário no planeta que seja superavitário. Seria aliás um contra-senso, que existisse sistema previdenciário que fosse superavitário. Esse déficit portanto é um engodo.

Ontem estive num debate com o Ministro, e tive o prazer de dizer a ele: “Ministro, cuidado, porque no projeto vocês elevaram o teto do INSS mas não constituíram nenhum fundo de acumulação. Vocês vão fazer com esse dinheiro como todos os governos anteriores, que nunca constituíram um fundo de acumulação para o INSS?”, e aí dei a receita: “Ministro, pegue esse dinheiro e aplique durante 14 anos, pague a ele apenas um terço do que vocês pagam aos banqueiros, ou seja, dê 5% de juros reais, que em 14 anos acaba o ‘déficit’ do INSS. Sem fazer nenhuma reforma. Sem mexer na Previdência pública federal”.

Estamos caminhando infelizmente para um projeto de reforma previdenciária que, se vingar do jeito que está, estaremos produzindo um novo sistema perverso de regressão na distribuição de renda nesse país. Uma figura fantasmagórica, Robin Hood às avessas, travestido, que não rouba dos ricos para dar aos pobres, que não tira da classe média para dar aos pobres, mas que vai tirar da classe média para dar ao sistema financeiro a absoluta garantia de que todas as dívidas serão pagas.

## continuação da página 4

**Warwick Kerr-** Queria fazer aos caros colegas uma confissão. Eu votei no Lula três vezes. Se continuar como está não voto a quarta. O resultado grande, maléfico e terrível que eu vejo com a privatização da Previdência é que ela acaba com a aposentadoria integral. Mas isso será bom? Estamos assistindo a um processo de preparo de aposentadorias que, se consumado, fará drenar cérebros daqui para fora ou para a inatividade. É a destruição de uma parte importante do pensamento brasileiro.

A Previdência era integral e além disso qual é o contrato que o Lula fez com a gente? O que ele encontrou? Encontrou a Previdência integral e a paridade entre ativos e aposentados. Isso aí me tem feito um bem que vocês nem imaginam, não parei de trabalhar um minuto. Depois dos 70 anos, a aposentadoria é compulsória. Mas várias universidades, e a minha também, e aqui também, fizeram um negócio lindo. Se o professor quiser trabalhar, ele pode usar as instalações, mas tem que usar um documento de que ele jamais requererá o dinheiro do seu trabalho. Ele trabalha de graça mesmo. É o meu caso. Que gostoso que é trabalhar de graça. Aposentei-me aos 70 anos, ou seja, estou há 11 anos com trabalho de graça para a universidade. E assim estão muitos outros, já ouvi falar do Aziz, Pavan, Frota-Pessoa etc, são pessoas que trabalham de graça há bastante tempo.

A pergunta que a gente faz é para onde vai esse dinheiro que vão tirar da gente, será que é para os bolsos dos trabalhadores mais pobres, para resolver os enormes problemas sociais do país? Não. A proposta do Lula é altamente capitalista. Vai para fundos de capitalização organizados por banqueiros ou sindicatos, mas em ambos os casos o dinheiro irá para a especulação financeira mais rentável, quer dizer, aquela

que mais explora os trabalhadores e o país. E de vez em sempre a especulação leva à quebra-deira e os fundos de pensão também viram pó. É o caso da Capemi.

**Marilena Chauí-** Tenho muito pouco a acrescentar ao que foi dito. A exposição do Wilson Cano foi decisiva porque muito impressionante. Podemos levantar

duas questões. A primeira, tal como foi abordada pelo Comparato, é por quê, não sendo necessária esta reforma (uma reforma sim, mas não esta), e sendo inconstitucional, por que é que ela está sendo feita. E levar em conta o que diz o Chico de Oliveira, que essa reforma rende mais do que qualquer privatização feita no governo Fernando Henrique e portanto está ligada a uma negociata. Isso para nós petistas é de uma gravidade sem precedentes, porque nos força a deslocar a discussão do campo econômico e do campo político e do campo ideológico para o campo ético puro e simples. Quando me preparei para dizer o que ia dizer, o Wilson Cano e o Chico ainda não tinham falado. Mas não mudei de opinião quanto a algumas coisas que vou dizer aqui.

Podemos dizer que, do ponto de vista de um governo petista, o primeiro equívoco foi tomar como prioritário um tema que pertencia à agenda do Fernando Henrique. Fosse qual fosse o conteúdo dessa reforma, foi totalmente equivocado do ponto de vista político considerar que para um governo petista as prioridades são as prioridades da agenda de um governo tucano. Você não poderia, do ponto de vista da política entendida como operação com símbolos, propor como primeira reforma do seu



**Professores, funcionários e estudantes compareceram à manifestação**

governo aquilo que era a agenda prioritária do governo adversário que você derrotou.

Há um segundo equívoco gravíssimo. Ao propor esta reforma o governo abriu uma brecha que tende a se tornar um verdadeiro abismo que o separa de uma base social e política fundamental. Essa base política construiu, junto com outros, o Partido dos Trabalhadores e se organizou como oposição no interior da sociedade. Essa base política elegeu esse governo e está sendo afastada desse governo. Então, a reforma produz um corte político entre o governo e uma base de sustentação essencial, que será de gravíssimas consequências para o futuro.

O terceiro equívoco é também no nível da ordem simbólica da política, é de *timing*, na medida em que o governo nos diz que ao encontrar o país se desmanchando com uma geléia e uma expectativa nacional e internacional de que o país estava acabado de maneira mais terrível do que a Argentina, e que os coveiros disso seriam os petistas, houve a decisão de fazer o que eles chamam de reversão de expectativas, e demonstrar que o país não quebraria nas mãos do PT. Sabemos o preço de fazer isso, todos nós sabemos. Ora, no instante mesmo em que o governo julga necessário

reverter expectativas dos organismos internacionais e da classe dominante brasileira, ele não pode fazer uma proposta de reforma previdenciária na qual anula o pólo antagônico, isto é, o pólo trabalhador.

Esta reforma é um enorme equívoco do governo. Abre uma contradição entre a sua proposta afirmada de inclusão e cidadania e uma proposta efetivada de exclusão. Então eu penso que mais do que nunca nós estamos convocados a uma ação política, temos a tarefa política de fazer isso para que efetivamente o governo de esquerda que nós elegemos possa se realizar. Penso que nossa tarefa de crítica, de contestação, de esclarecimento, de informação, de retomada no plano racional, político e técnico dessa questão é um dever histórico que temos, é uma tarefa política indeclinável, porque da nossa ação com relação a essa primeira exposição social do governo, do resultado da nossa ação, depende o que vai acontecer com o restante desse governo. É uma hora muito grave, estou sugerindo a nossa responsabilidade histórica de impedir o colapso, o fracasso e a direitização de um governo de esquerda que está lá porque nós o construímos. Esse governo não pode começar com uma negociata. Não foi para isso que trabalhamos durante 30 anos.

# Reunião do Fórum com o Cruesp em 10/6

**N**a ordem do dia da reunião constavam a discussão da Assistência Estudantil e da Previdência, mais dois pontos da nossa Pauta de Reivindicações da data-base 2003. Conforme acertado com o Cruesp, a reunião ocorreu com a participação da representação estudantil (os DCEs da USP, Unicamp e Unesp-Fatec).

Começaremos pelo debate final, sobre a Previdência, em que houve acordo quanto à gravidade da reforma da Previdência que está em curso (PEC 40) e quanto às iniciativas que o Cruesp deveria tomar.

Discutiu-se sobre o PL 9 do governador Alckmin, que se aproveita da onda oficialista de malhação ao servidor e aos serviços públicos para colocar um desconto adicional de 5% na nossa seguridade social (saltará de 8% para 13% = 2% saúde + 6% pensão + 5% aposentadoria). Afóra a absurda mudança de contrato para os servidores, representando mais 5% de redução nos salários, esse desconto é irregular, pois não será destinado a fundo específico, mas recolhido aos cofres do Tesouro.

Nas universidades as aposentadorias têm sido pagas com os recursos que administram, e os reitores informaram ter contactado o governo estadual para solicitar então que este percentual aqui ficasse retido. Mas o governo não demonstrou sensibilidade para a questão. De nossa parte informamos a participação nas audiências públicas na Assembléia Legislativa, com o intuito de barrar o PL 9. Os servidores como um todo também devem intensificar as reações, pois a base governista encaminha o projeto a toque de caixa na Assembléia Legislativa — em pouco mais de 10 dias ele já está pronto para ir à votação!

O Fórum das Seis e o Cruesp mostraram-se igualmente surpresos e indignados com a PEC 40. Concordamos

que a previdência complementar é uma temeridade, frente a todas as experiências nacionais e internacionais de manipulações financeiras patrocinadas por fundos de pensão. Além disso, o fim da aposentadoria integral e da paridade ativos-aposentados representa perdas enormes para os servidores, sendo mais uma dura desvalorização dos serviços públicos. Os três reitores assumiram o compromisso de encaminhar para a imprensa manifestações públicas sobre a questão. Os Conselhos Universitários também deverão ser instados a se pronunciarem.

Com relação à Assistência Estudantil o Fórum das Seis e os DCEs apresentaram uma síntese de posição: 1) é necessário acabar com o atual dé-

ficit no atendimento; 2) nos projetos de expansão de vagas nas universidades deve estar programado o atendimento à assistência estudantil.

Em seguida cada um dos DCEs listou um conjunto de problemas concretos que estão ocorrendo, tanto em relação aos restaurantes universitários quanto à moradia. Questionam, por exemplo, o pagamento de bolsas-habitação em detrimento da construção de centros de moradia, a falta de restaurantes em alguns *campi* e o crescimento contínuo das filas nos restaurantes existentes. Neste último ponto em particular há ainda o aumento da pressão de trabalho e suas conseqüências para os funcionários.

Os reitores também fizeram uma explanação, procurando destacar os investimentos que vêm sendo feitos. Ao final, contudo, manifestaram que não estariam dispostos a continuar tratando da Assistência Estudantil como uma questão do Cruesp mas, sim, como algo a ser discutido no âmbito de cada uma das universidades. Registramos nossa discordância com isso, pois no nosso entender, assim como salários, o Cruesp deveria ter uma política comum para a Assistência Estudantil.

Encerrando-se os trabalhos, ficou acertado que seria agendado um outro dia para tratar dos pontos restantes da Pauta da data-base/2003.

## Projeto de Alckmin dos 5% deve ser votado em 16/6

**A** pesar dos repetidos protestos dos servidores públicos na Assembléia Legislativa entre 10/6 e 12/6, a votação do projeto de lei complementar 9/2003, do governador Geraldo Alckmin, que institui desconto adicional de 5% no salário do funcionalismo estadual, deverá ocorrer em 16/6, como informa a agência de notícias da AL ([www.al.sp.governo.br](http://www.al.sp.governo.br)). O PL 9 institui a contribuição previdenciária mensal de 5% sobre a remuneração, sob a alegação da necessidade de custeio de aposentadoria dos servidores civis e militares do Estado.

O PL 9 tramita em regime de urgência, o qual prevê somente 12 horas de debates antes da votação pelo plenário, eliminando assim as possibilidades de discussão séria da proposta. As 12 horas foram totalmente cumpridas em sessões ordinárias e extraordinárias nos dias 10, 11

e 12. O líder do governo na AL, deputado Vanderlei Marcris, garantiu que o projeto entrará em pauta no dia 16 e, caso não seja obtido quórum, entrará novamente em pauta no dia 17, e assim por diante.

No dia 10, o PL 9 foi discutido por duas horas, em sessão extraordinária, após uma reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento e de Administração Pública aprovar o parecer do relator especial, deputado Edson Aparecido (PSDB), às 31 emendas e ao substitutivo que o projeto havia recebido em 4/6.

A votação do parecer pelas comissões e a discussão do projeto ocorreram em meio a protestos de cerca de 400 manifestantes que ocuparam as galerias do plenário. A Polícia Militar também esteve presente, reprimindo e agredindo os manifestantes. Nos dias 11 e 12, os parlamentares governistas utilizaram o

tempo total da ordem do dia e de sessões extraordinárias convocadas em seguida para “discutir o projeto”, ou seja, para gastar o tempo exigido por lei como condição para a votação em plenário.

Os manifestantes contrários ao PL 9 assistiram a todas as sessões, sem que os parlamentares da base de apoio de Alckmin (PSDB, PFL e outros) se sensibilizassem com isso. Antônio Luís Andrade, da Adunesp e do Andes-SN, chama atenção para a necessidade de se manter a mobilização dos funcionários públicos estaduais, a fim de impedir a votação. “A mordida, de 5%, será grande”, adverte ele.

Uma grande manifestação contra o PL 9, coordenada pelo Fórum das Seis, Apeoesp, Sindaúde, Afuse e demais entidades dos servidores estaduais, ocorrerá no dia previsto para a votação, 16/6, na Assembléia Legislativa. O ato está marcado para as 14h.